

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Beth Santos/Prefeitura do Rio



Ônibus também aceitam pagamentos em PIX e cartões

Jaé: Justiça confirma fim do dinheiro em espécie em ônibus

A modernização do sistema de pagamento do transporte público da cidade do Rio, implementada pela Prefeitura do Rio, foi reconhecida hoje (26) pela 2ª Vara de Fazenda Pública. A decisão indefere o pedido liminar do Procon-RJ, que tentava invalidar a substituição do dinheiro por meios digitais nos ônibus do Município. “A mudança traz mais segurança, transparência, mais controle e eficiência para o serviço, além de contribuir para a redução de crimes patrimoniais. É, sem dúvida, um avanço no transporte público da cidade”, disse o Prefeito do Rio, Eduardo Cavaliere. A partir do dia 30 de maio, dinheiro em espécie deixará de ser aceito dentro dos ônibus municipais.

Mudança traz mais segurança

Em sua decisão, a juíza Georgia Vasconcellos considera que “a mudança pretendida pela parte ré na forma de pagamento das passagens em nada resvala na qualidade do serviço de transporte prestado, de forma a torná-lo inadequado ou ineficiente. Menos ainda o torna inseguro, sendo esta justamente a maior qualidade que a alteração no sistema de cobrança pode propiciar”. Além disso, os ônibus também vão aceitar PIX, cartões de crédito e débito.

Divulgação/PMERJ



Neste ano, a PM já apreendeu 324 fuzis

PM apreende fuzis no Chapadão

A Polícia Militar apreendeu, na manhã desta terça-feira (26), três fuzis que estavam sob posse de traficantes do Complexo do Chapadão, na Zona Norte do Rio, durante uma operação voltada para a retirada de barricadas e à recuperação de veículos clonados e roubados na região. Cinco suspeitos ficaram feridos após entrarem em confronto com policiais do 41º BPM (Irajá). Todos foram levados para o hospital, mas não resistiram aos ferimentos. A operação desta terça-feira reforça as ações da Polícia Militar de enfrentamento às facções criminosas.

Apreensões em áreas de conflito

Segundo a corporação, parte significativa das apreensões ocorreu em regiões marcadas por confrontos entre grupos rivais, em comunidades da capital e de municípios da Região Metropolitana, como Niterói e São Gonçalo. A Polícia Militar mantém operações com foco no combate ao crime organizado, especialmente contra grupos envolvidos em disputas armadas, roubos de veículos e domínio territorial.

Novas CPIs

A Alerj criou quatro Comissões Parlamentares de Inquérito nesta terça (26). Os colegiados, publicados pelo presidente Douglas Ruas, vão apurar a crise climática no estado, a tragédia de Petrópolis de 2022, supostas ligações de ONGs com o narcotráfico e falhas no fornecimento de luz pela Enel no interior.

Mães universitárias

A Alerj debateu políticas de permanência para mães universitárias, que ocupam 60% das vagas no ensino superior. Na audiência, a deputada Renata Souza cobrou creches e auxílios, destacando os vetos do governo à Lei 11.188/26. Dados apontam que apenas 10 das 69 universidades federais do país contam com creches.

Voz Quilombola

A Prefeitura de Búzios realizará o evento “Vozes dos Nossos Quilombos” no dia 3 de junho, na Escola Darcy Ribeiro. A ação celebra o Dia da Mulher Quilombola no Estado do Rio e homenageará Tia Uia, marco da cultura local. O encontro debaterá a resistência e a ancestralidade feminina nas comunidades.

Economize água

A Cedae realiza nesta terça (26) uma manutenção no Sistema Imunana-Laranjal, que opera com 85% da capacidade até as 18h para trocar um macromedidor. O serviço afeta Niterói, São Gonçalo, Maricá, Itaboraí e Paquetá. As concessionárias orientam a população a economizar água. A produção de água será retomada integralmente após a manutenção.

212 anos de Maricá

Maricá celebrou 212 anos nesta terça-feira (26) com show de Os Paralamas do Sucesso e da banda Thunder Rock. Na segunda-feira, a festa reuniu milhares de pessoas que acompanharam as apresentações de Fafá de Belém e Ferrugem, mesmo sob chuva. O evento foi organizado pela Prefeitura.

Banco de Ração

Cabo Frio abriu o cadastro para o Banco de Ração Municipal, que vai doar alimentos para cães e gatos. Coordenado pela Superintendência de Proteção Animal, o projeto atende protetores independentes e famílias carentes. O estoque será abastecido por doações de empresas, moradores e decisões judiciais.



Comissão pedronizou os pedidos de informação aos Poderes

Alerj debate plano de gastos e transparência

Assembleia fiscaliza contas e cobra clareza nos gastos

Da Redação

A Comissão Especial de Contenção dos Gastos Público, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), se reuniu nesta terça-feira (26) para apresentar o escopo metodológico e o plano de trabalho do colegiado, além de definir as informações que serão solicitadas aos Poderes e órgãos autônomos do Estado para análise da execução orçamentária.

Durante a reunião, a Comissão estabeleceu que os ofícios encaminhados aos órgãos irão solicitar dados sobre créditos adicionais suplementares, origem dos recursos utilizados para suplementações orçamentárias, despesas repetitivas, restos a pagar, despesas de pessoal e previdenciárias, além de critérios internos de planejamento e acompanhamento da execução da despesa.

Os pedidos serão enviados ao Poder Judiciário, ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MP-RJ), à Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DP-RJ) e também à Assembleia Legislativa.

Para o presidente da Comissão, deputado Jair Bittencourt (PL), a padronização dos pedidos de informação aos Poderes será fundamental para garantir mais eficiência no trabalho do colegiado. “A proposta é evitar duplicidade de solicitações, garantir uma uniformidade metodológica e permitir a criação de uma base homogênea de dados para que

a comissão consiga fazer uma análise mais precisa da execução orçamentária do Estado”, declarou.

Transparência orçamentária

A vice-presidente da Comissão, deputada Tia Ju (REP) defendeu maior transparência na execução dos recursos públicos e destacou a dificuldade de acesso às informações orçamentárias. “Nosso papel é fiscalizar as contas públicas, mas até com apoio técnico temos dificuldade para encontrar informações detalhadas sobre suplementações orçamentárias e destinação dos recursos. Essa Comissão também precisa cobrar mais transparência”, afirmou.

Já o relator, deputado Alan Lopes (PL), ressaltou que a dificuldade de acesso às informações prejudica não apenas o trabalho de fiscalização da Comissão, mas também o acompanhamento da população sobre os gastos públicos. “Hoje existe uma dificuldade muito grande para localizar informações nos portais e sistemas dos órgãos públicos. Se para nós, que acompanhamos isso diariamente, já é complicado, imagina para o cidadão comum”, ressaltou.

Ainda durante a reunião, o colegiado reforçou a realização da audiência pública que irá discutir o papel dos municípios na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O encontro acontecerá no próximo dia 1º de junho, às 14h, no plenário da Alerj.